

2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

9º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

BRASÍLIA - DF

RELATÓRIO

2ª Reunião Preparatória para o
9º Encontro Nacional do Poder Judiciário

Brasília, Setembro de 2015.





Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

Presidente: Ministro Ricardo Lewandowski

Corregedora Nacional de Justiça: Ministra Nancy Andrighi

Conselheiros: Lelio Bentes Corrêa

Daldice Maria Santana de Almeida

Gustavo Tadeu Alkmin

Fernando Cesar Baptista de Mattos

Carlos Eduardo Oliveira Dias

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Arnaldo Hoss pian Salles Lima Junior

José Norberto Lopes

Luíz Cláudio Silva Allemand

Fabiano Augusto Martins Silveira

Emmanoel Campelo de Souza Pereira

Secretário-Geral: Fabrício Bittencourt da Cruz

Organização: Departamento de Gestão Estratégica (DGE)

SUMÁRIO

1. Introdução	3
2. Solenidade de abertura de Abertura	4
3. Apresentação: Relatório Justiça em Números	6
4. Apresentação de Painéis	7
5. Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional	8
6. Plenária Final	10
6.1. Apresentações das propostas de metas dos Segmentos	10
7. Encerramento	11
8. Conclusão	12

1. Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o apoio da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (ESMAF), realizou a **2ª Reunião Preparatória para o 9º Encontro Nacional do Judiciário**, nos dias 15 e 16 de setembro de 2015, em Brasília.

A 2ª reunião preparatória teve por objetivo apresentar os dados do Relatório Justiça em Números 2015 (ano base 2014) e debater seus resultados; discutir e consolidar as propostas de metas nacionais e prioridades estratégicas dos segmentos para 2016, alinhadas aos macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário; e formatar a proposta de metas dos segmentos de Justiça nacionais para 2016 a serem apresentadas no 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Encontram-se ao longo deste Relatório, referências, links e imagens dos principais acontecimentos do evento.

2. Solenidade de abertura de Abertura

Dando início à abertura do evento, o Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Ricardo Lewandowski cumprimentou e agradeceu a presença das solenidades que compuseram a mesa de abertura: o Conselheiro, Ministro Lélío Bentes Correa, o Presidente do Superior Tribunal Militar, Tenente-Brigadeiro-do-ar William Barros, o Presidente do Conselho Federal da OAB, Doutor Marcus Vinícius Furtado Coêlho e o Diretor da ESMAF, Desembargador João Batista Moreira; cumprimentou e agradeceu a presença de todos os magistrados, associações, gestores e servidores de todos os segmentos.



Mesa da Solenidade de Abertura da 2ª Reunião

O ministro ressaltou a importância de se traçar rumos de modo participativo, apoiados por dados científicos obtidos mediante as mais avançadas técnicas de gestão. Destacou ainda que os trabalhos realizados visam a instituição de estratégias e metas para 2016, e que essas estratégias promoverão o aprimoramento contínuo e a entrega da melhor jurisdição possível.

O presidente fez uma breve explanação acerca do relatório “Justiça em Números”, informando que o Relatório é o principal produto resultante desse esforço inicial e como em todas as edições prévias, nesta houve a incorporação de novidades, como estrutura, orçamento e recursos humanos do Poder Judiciário, além dos níveis de litigiosidade. Esclareceu que os números constantes no Relatório serão objeto de análise por parte dos participantes do evento. O

ministro ressaltou que além dos números, o Judiciário deve atentar para o aspecto humano, com seriedade para prestar a melhor jurisdição possível aos brasileiros.

O Presidente Ricardo Lewandowski informou que na edição 2015 do Relatório, pela primeira vez, foram inseridas informações sobre a estrutura dos tribunais e detalha o funcionamento de quase 15 mil unidades judiciárias de primeiro grau. Como uma radiografia mais apurada, analisa, não apenas a segunda instância e aspectos como produtividade, mas também possui um olhar mais próximo ao primeiro grau.

Informou que o Relatório detalha o grau de litigiosidade por tipo de demanda e qual demanda desperta maior interesse nos jurisdicionados. Ressaltou que o plenário do CNJ aprovou a ampliação do Sistema de Estatística do Poder Judiciário para o próximo ano. Além disso, informou que será possível analisar o tempo de tramitação dos processos, computando a sentença e sua baixa definitiva, além de contabilizar as ações solucionadas por meio de conciliação e as sobrestadas ou suspensas por motivos de repercussão geral e outras causas.

Enfatizou, mais uma vez, a importância do diálogo e a gestão de democracia participativa na construção das metas e estratégias nacionais. Para o ministro, os dados permitem criar soluções alternativas. Frisou que é com informação de qualidade, participação democrática, gestão moderna e inventividade que se faz a diferença na vida dos brasileiros; e ainda que é preciso que não se perca a percepção histórica do papel do contexto atual de promoção de uma justiça mais célere, abrangente e exclusiva. Por fim, destacou que o espaço da reunião fosse mais uma oportunidade de melhorar o desempenho, com capacidade de proporcionar melhorias e mudanças, fazer a diferença e gerar os resultados que foram necessários.

O arquivo com a apresentação do Ministro Lewandowski pode ser acessado pelo *link*: [Apresentação do Ministro Ricardo Lewandowski](#)

3. Apresentação: Relatório Justiça em Números

No primeiro dia do evento, após a solenidade de abertura, foram explicitados dados do Relatório Justiça em Números, com o diagnóstico da atuação da justiça referente ao ano de 2014, elaborado a partir dos dados fornecidos por 90 tribunais, distribuídos nos segmentos: Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, além dos Tribunais Superiores (exceto Supremo Tribunal Federal).

A mesa formada para a apresentação do Relatório foi composta pelos Conselheiros do CNJ: Ministro Lélío Bentes Corrêa, Doutor Fabiano Silveira, Doutor Fernando Baptista de Mattos; e Procuradora Regional da República, Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, com o objetivo de apresentar os aspectos principais de cada segmento de Justiça constantes no Relatório Justiça em Números 2015 (ano base 2014).



Panorama Poder Judiciário – Conselheiro Fabiano Silveira

- [Apresentação: Conselheiro Fabiano Silveira](#)

Panorama Justiça Estadual – Conselheiro Fabiano Silveira

- [Apresentação: Conselheiro Fabiano Silveira](#)

Panorama Justiça Federal – Conselheiro Fernando Mattos

- [Apresentação: Conselheiro Fernando Mattos](#)

Panorama Justiça Militar – Conselheira Luiza Cristina Frischeisen

- [Apresentação: Conselheira Luiza Cristina Frischeisen](#)

Panorama Justiça Eleitoral – Conselheira Luiza Cristina Frischeisen

- [Vídeo: Apresentação: Conselheira Luiza Cristina Frischeisen](#)

Panorama Justiça do Trabalho – Conselheiro Lélío Bentes

- [Vídeo: Apresentação: Conselheiro Lélío Bentes](#)

4. Apresentação de Painéis

Compuseram a mesa para a apresentação do Painel o Secretário-Geral, Doutor Fabrício Bittencourt da Cruz, o Prof. Doutor Marcelo Guedes da Associação Brasileira de Jurimetria/ABJ, e o Prof. Doutor Paulo Eduardo Alves da Silva da Universidade de São Paulo/USP/RP.



Composição do Painel

O evento contou ainda com a participação do Professor Doutor Marcelo Guedes que apresentou palestra cujo tema foi “A estatística como ferramenta de gestão judicial: uma análise comparativa”, e com a participação do Professor Doutor Paulo Eduardo da Silva, que introduziu palestra cujo tema foi “A importância da pesquisa empírica para a administração da Justiça.”

5. Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional

Na manhã do segundo dia do evento, foram realizadas reuniões com os representantes da Rede de Governança Colaborativa de cada segmento da Justiça, para analisar, deliberar e consolidar as propostas de metas e prioridades estratégicas nacionais para 2016, políticas judiciárias, recomendações, diretrizes estratégicas e iniciativas estratégicas nacionais. Os segmentos de justiça e os demais participantes foram distribuídos em salas por segmentos de justiça. A saber:

✓ Grupo da Justiça do Trabalho (CSJT, TST e TRTs)



✓ Grupo Justiça Federal (CJF, TRFs) e STJ



✓ **Grupo Justiça Estadual (TJs)**



✓ **Grupo Justiça Eleitoral**



✓ **Grupo Justiça Militar (JM Estadual e STM)**

Os trabalhos foram conduzidos pelos representantes do Comitê Gestor do Segmento, com o apoio dos servidores do Departamento de Gestão Estratégico do CNJ.

Após as deliberações, cada segmento, elaborou uma apresentação com a síntese das propostas de metas e prioridades estratégicas para exposição em plenária, além de registrar, em ata, as principais ocorrências durante a oficina de trabalho.

6. Plenária Final

6.1. Apresentações das propostas de metas dos Segmentos

Na tarde do dia 16, os segmentos de justiça apresentaram os resultados dos trabalhos realizados durante a manhã.

Grupo I - Justiça do Trabalho

O arquivo com os eslaides da apresentação deste segmento e o vídeo da apresentação podem ser acessados pelos *links*:

✓ **Propostas Justiça do Trabalho:**

Apresentação: [Apresentação: Justiça do Trabalho](#)

Grupo II - Justiça Federal

O arquivo com os eslaides da apresentação deste segmento e o vídeo da apresentação podem ser acessados pelos *links*:

✓ **Propostas Justiça Federal:**

Vídeo: [Apresentação: Justiça Federal](#)

Grupo III - Justiça Estadual

O arquivo com os eslaides da apresentação deste segmento e o vídeo da apresentação podem ser acessados pelos *links*:

✓ **Propostas Justiça Estadual:**

[Apresentação: Justiça Estadual](#)

Grupo IV - Justiça Eleitoral

O arquivo com os eslaides da apresentação deste segmento e o vídeo da apresentação podem ser acessados pelos *links*:

✓ **Propostas Justiça Eleitoral:**

[Apresentação: Justiça Eleitora](#)

Grupo V - Justiça Militar

O arquivo com os eslaides da apresentação deste segmento e o vídeo da apresentação podem ser acessados pelos *links*:

✓ **Propostas Justiça Militar:**

[Apresentação: Justiça Militar](#)

7. Encerramento

Compuseram a mesa de encerramento os Conselheiros do CNJ, Procurador Arnaldo Hossepian Junior; Desembargadora Daldice Maria Santana de Almeida e Doutor Luiz Cláudio Allemand.

O Conselheiro Luiz Allemand apresentou os principais destaques dos resultados parciais das metas 5, 6 e 7. Atentou para os dados Relatório “Justiça em Números” sobre os percentuais encontrados na primeira instância. Destacou que existem cargos vagos tanto de magistrados quanto de servidores, o que impacta no trabalho de todos. Afirmou ser necessário que o CNJ busque identificar as causas do acúmulo de processos para “atacar esses problemas”.

Em seguida, o Conselheiro Arnaldo Hossepian Jr. salientou a importância da eficiência, eficácia e efetividade no sistema da Justiça. Enfatizou que o Judiciário precisa melhorar o sistema de justiça, a fim de alcançar a satisfação do cliente-cidadão. Destacou os resultados parciais da meta 3, de conciliação, e meta 4, de improbidade administrativa e corrupção. Apresentou os órgãos com melhor desempenho no cumprimento das metas e os parabenizou pelo êxito alcançado.

A Conselheira Daldice ressaltou a importância do processo democrático de participação legítima na construção e elaboração das metas. Enalteceu a relevância do planejamento e do conhecimento sobre os dados do Judiciário, por meio de pesquisa e processamento das informações. Por fim, citou os órgãos que se destacaram em relação aos resultados parciais das metas 1 e 2.



Composição da mesa de encerramento do evento

Os arquivos com os vídeos do segundo dia da Reunião Preparatória para o 9º Encontro Nacional do Judiciário podem ser acessados pelo *link*:

✓ **Plenária de Encerramento:**

- ✓ Apresentação Conselheiro Luiz Allemand.
<https://www.youtube.com/watch?v=pLHaQxsNLSQ>
- ✓ Apresentação Conselheiro Arnaldo Hosspeian Jr.
<https://www.youtube.com/watch?v=WITQ6H5FoMs>
- ✓ Apresentação Conselheira Daldice M. Santana de Almeida.
<https://www.youtube.com/watch?v=cWMUqlUKp1o>

8. Conclusão

As propostas e sugestões debatidas, durante os dois dias de evento, resultaram em diretrizes que propiciarão importantes mudanças no padrão de funcionamento do Poder Judiciário. O que ora apresentamos representa, de forma sintetizada, o que representantes legitimados da magistratura de todo o país almejam para a justiça brasileira.